

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 1 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Desigualdade Sob as Águas: O Impacto da Injustiça Climática nas Mulheres da Ilha de Paruru do Meio, Pará

*Desigualdad Bajo las Aguas: El Impacto de la Injusticia
Climática en las Mujeres de la Isla de Paruru do Meio,
Pará.*

*Inequality Under the Water: The Impact of Climate
Injustice on Women on the Island of Paruru do Meio,
Pará*

Marília Geovana de Oliveira Lisboa
Universidade Federal do Pará – Brasil
lisboamari6@gmail.com

Alan Nunes Araújo
Universidade Federal do Pará – Brasil
alannunesaraujo@gmail.com

Como citar este artigo:

LISBOA, Marília Geovana de Oliveira, ARAÚJO, Alan Nunes. Desigualdade Sob as Águas: O Impacto da Injustiça Climática nas Mulheres da Ilha de Paruru do Meio, Pará. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 1, p. 93-108, 2025. ISSN 2177-2886.

Disponível em:
<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Desigualdade Sob as Águas: O Impacto da Injustiça Climática nas Mulheres da Ilha de Paruru do Meio, Pará

Desigualdad Bajo las Aguas: El Impacto de la Injusticia Climática en las Mujeres de la Isla de Paruru do Meio, Pará.

Inequality Under the Water: The Impact of Climate Injustice on Women on the Island of Paruru do Meio, Pará

Resumo

Este artigo analisa os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí na vida das mulheres da comunidade de Paruru do Meio, município de Cametá, Pará. Além dos impactos ambientais da barragem, o estudo examina a sobrecarga de trabalho doméstico enfrentada pelas mulheres, decorrente da acumulação de impactos. O campo teórico deste trabalho analisa a divisão sexual das funções e a distribuição espacial das mulheres na comunidade. As metodologias incluíram trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários socioeconômicos. Os resultados obtidos a partir da análise das percepções das mulheres revelam que a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí provocou mudanças significativas no acesso a recursos essenciais, gerando uma sobrecarga de trabalho e afetando as estruturas e atividades que sustentam a comunidade.

Palavras-Chave: Usina Hidrelétrica de Tucuruí; Impactos socioambientais; Mulheres ribeirinhas; Divisão sexual das funções.

Resumen

Este artículo analiza los impactos de la Usina Hidroeléctrica de Tucuruí en la vida de las mujeres de la comunidad de Paruru do Meio, en el municipio de Cametá, Pará, Brasil. Además de los impactos ambientales de la represa, el estudio examina la sobrecarga de trabajo doméstico que enfrentan las mujeres, derivada de la acumulación de impactos. El campo teórico de este trabajo analiza la división sexual de las funciones y la distribución espacial de las mujeres en la comunidad. Las metodologías incluyeron trabajo de campo, entrevistas semiestructuradas y la aplicación de cuestionarios socioeconómicos. Los resultados obtenidos a partir del análisis de las percepciones de las mujeres revelan que la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Tucuruí provocó cambios significativos en el acceso a recursos esenciales, generando una sobrecarga de trabajo y afectando las estructuras y actividades que sostienen a la comunidad.

Palabras-Clave: Usina Hidroeléctrica de Tucuruí; Impactos socioambientales; Mujeres ribereñas; División sexual de las funciones.

Marília Geovana de Oliveira Lisboa, Alan Nunes Araújo



Abstract

This article analyzes the impacts of the Tucuruí Hydroelectric Power Plant on the lives of women in the Paruru do Meio community, in the municipality of Cametá, Pará. In addition to the environmental impacts of the dam, the study examines the overload of domestic work faced by women, resulting from the accumulation of impacts. The theoretical framework of this work analyzes the sexual division of labor and the spatial distribution of women in the community. The methodologies included fieldwork, semi-structured interviews, and the application of socioeconomic questionnaires. The results obtained from the analysis of women's perceptions reveal that the construction of the Tucuruí Hydroelectric Plant caused significant changes in access to essential resources, generating an overload of work and affecting the structures and activities that sustain the community.

Keywords: Tucuruí Hydroelectric Plant; Socio-environmental impacts; Riverine women; Sexual division of labor.

Introdução

Este trabalho é resultado de parte da pesquisa de mestrado intitulada "A gente não usa mais água como usava antes da barragem": a UHE Tucuruí e o impacto na vida das mulheres atingidas por barragens, na qual foram discutidas três nuances: 1) os impactos ambientais manifestados na contaminação das águas; 2) a diminuição da população de peixes e camarões; 3) a demanda de açai.

As políticas de aproveitamento regional implicam mudanças drásticas nas dinâmicas espaciais urbana e rural, onde se encontram diversas contradições resultantes dos grandes projetos, pontos estes já presentes em relatórios, estudos técnicos e em planejamentos construídos apenas para o processo de exploração.

Tal perspectiva desconsidera comunidades ribeirinhas, indígenas e camponesas direta ou indiretamente afetadas pelos projetos, ignorando que a compreensão de um território é também uma construção social que precisa de vozes diferentes da hegemônica. Isso, por sua vez, gera e reconhece a existência de inúmeros conflitos.

Campos *et al.* (2022, p. 103) reiteram que “os conflitos agrários expressos no espaço determinam o domínio e o poder que o capital, por intermédio dos seus aparatos técnicos, desempenha sobre o território”. Nesta lógica, Rocha destaca que:

A perspectiva de ampliação do aproveitamento Hidroelétrico regional tem se constituído uma preocupação constante das organizações e movimentos sociais locais e regionais. Os dados e as lições do passado recente impõem a necessidade de cautela, isto porque a relação entre estes aproveitamentos hidrelétricos. E as populações regionais representam ainda e cada vez mais um aspecto repleto de contradições e no horizonte próximo de difícil conciliação. Os impactos populacionais rurais e urbanos, ambientais e territoriais decorrentes tornaram polêmicas essas grandes obras de infraestrutura energética (Rocha, 2013, p. 198).

Para Lefebvre (2006), a ocupação do espaço é conceituada por meio da apropriação dos sujeitos pelo uso da terra, a exemplo das construções, atividades econômicas e organização social. Uma análise relacional com o modo de produção capitalista, pautado na valorização do lucro e desvalorização da força de trabalho, indica que essa dominação social e espacial é feita de maneira legítima ou ilegítima, reflexo direto dos atores envolvidos.

Entre as complexidades e relações componentes da dimensão espacial estão os corpos, inseridos no meio técnico científico informacional com suas vivências e práticas, representando uma possibilidade de não pensar a produção apenas por meio da relação sujeito-objeto, mas também entre os sujeitos. Contudo, fato é que, ao longo da sua história, a geografia ignorou a dimensão íntima e política do corpo como expressão dos sujeitos e dos seus múltiplos agenciamentos, expressos em termos de classe, gênero, raça, identidade e performances (Haesbaert, 2020).

No contexto de injustiça climática, definida por impactos que atravessam as existências já oprimidas por outras questões, como raça, classe e gênero, na experiência amazônica são observados todos os dias, em cidades, ilhas e campos, os agravamentos direcionados contra grupos específicos, ocasionando a desregulamentação de leis de proteção ambiental e outras problemáticas causadas pela mineração e expansão do agronegócio.

Ressalta-se que tais grupos específicos possuem um nítido marcador social, espacial e corporal, sendo majoritariamente compostos por pessoas não brancas, da classe trabalhadora, fora da heteronormatividade e da masculinidade. Ou seja, são pessoas com experiências consideradas periféricas se comparadas ao padrão cisgênero, heteronormativo e patriarcal do mundo contemporâneo.

O papel das mulheres nas lutas socioambientais em face dos grandes projetos não se resume à promoção do feminismo e suas várias vertentes; também diz respeito à defesa de seus próprios corpos, territórios e, crucialmente, da vida de seus familiares. A divisão do trabalho e a construção das funções relacionadas ao gênero legitimam a participação ativa das mulheres nas demandas contra os impactos negativos desses projetos.

Flores e Trevisan (2015) elucidam sobre indicando que:

O ecofeminismo identifica no sistema patriarcal a origem da catástrofe ecológica atual, tendo sido a natureza e as mulheres, ambas associadas à reprodução da vida, o alvo das agressões desse sistema. Nessa perspectiva, o patriarcado se exprime com a mesma lógica do poder machista, opressor e totalitário da agroindústria, atacando os fundamentos da vida, na sua expressão simbólica mais profunda: a fecundidade do ser vivo. Daí a luta de feministas pela libertação da mulher oprimida, na relação de gênero, estar associada ao movimento ecofeminista de libertação da mulher e da natureza, ambas exploradas (Flores; Trevisan, 2015, p. 12).

É importante destacar que essas mulheres enfrentam não apenas a resistência contra o grande capital, mas também conflitos internos em suas próprias comunidades e famílias. Muitas vezes, esses conflitos são resultado de

estruturas patriarcais arraigadas baseadas em uma clara divisão por gênero que impacta e restringe os direitos das mulheres de maneira desigual.

Esta divisão é a raiz da sobrecarga de trabalho no âmbito doméstico e da falta de reconhecimento desse trabalho como algo digno de valor, tema central aqui discutido. Diante desse cenário, o presente artigo tem o objetivo de abordar especificamente a questão da sobrecarga de trabalho doméstico sobre as mulheres ribeirinhas da ilha de Paruru do Meio, localizada na cidade de Cametá, no estado do Pará. A área foi afetada pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, erguida na década de 1980.

Para tanto, além desta introdução este artigo apresenta uma seção sobre os materiais e métodos utilizados, sobretudo a partir das entrevistas e questionários aplicados em diversos trabalhos de campo. A seguir, há a seção intitulada Mulheres de Paruru do Meio: entre o verde e a sobrecarga, na qual abordamos as relações de gênero e sua influência no trabalho de reprodução social, contribuindo para a sobrecarga de trabalho feminino. Há, também, a segunda seção de discussão, chamada Apoio social como pilar diante da sobrecarga em Paruru do Meio, na qual aspectos relacionados ao uso da água e a sobrecarga gerada são apresentados a partir dos relatos das entrevistas. Por fim, há a conclusão seguida das referências aqui utilizadas.

Materiais e Métodos

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental e trabalho de campo, incluindo entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários socioeconômicos junto às mulheres da comunidade de Paruru do Meio.

Foram identificados por meio de pesquisa bibliográfica e documental os impactos socioambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e as opressões estruturais enfrentadas pelas mulheres ribeirinhas, relacionadas a modelos pré-capitalistas e ao patriarcado.

A análise dos dados utilizou elementos da decomposição da totalidade dos fenômenos em unidades complexas com o objetivo de demonstrar as variantes do processo, uma fragmentação não excludente, mas relacional e com vistas a analisar as partes específicas para entender as influências e ligações para a formação do todo.

Os núcleos resultantes das análises apresentam as ideias centrais e direcionais no discurso dos sujeitos, que os envolvem de maneira profunda. Seguindo os caminhos de Aguiar e Ozella (2013), uma sugestão é extrair a fala do próprio participante para nomear os processos e as ideias que os relacionam com outros sujeitos participantes e para explicitar semelhanças, e/ou contradições, que deverão ser articuladas com os contextos diversos em que estão inseridos, a fim de auxiliar a compreender os participantes na sua totalidade.

Os núcleos de significação foram retirados das entrevistas realizadas, relatórios de trabalhos de campo, palavras ou frases que repetem e constroem os caminhos traçados pela pesquisa e contemplam as problemáticas levantadas. Tais elementos foram elencados em “Percepções ambientais dos impactos causados pela UHE Tucuruí e sobrecarga de trabalho doméstico e organização política”.

A degradação social a que as mulheres foram submetidas e a perda de espaço em todas as dimensões sociais (Federici, 2017) é um ponto de partida na análise para a identificação das raízes da diferenciação sexual, que são manifestadas no modo de produção pré-capitalista e aglutinadas em razão do lucro, contexto este que, devido ao processo de colonialismo, se manifesta tanto na Europa quanto, posteriormente, no processo de colonização.

A estrutura do patriarcado se manifesta na diferenciação sexual do espaço, na restrição das mulheres ao chamado trabalho não pago, na submissão dos corpos à produção de novos trabalhadores e manutenção da vida. A partir da percepção dos impactos e lutas territoriais, as mulheres também vivenciam opressões estruturais construídas em modelos pré-capitalistas.

Para Loureiro *et al.* (2013), a questão ambiental é ponto de partida para a construção da noção de justiça, nos espaços políticos a pauta de defesa do meio ambiente aliada a defesa dos territórios é o centro do debate, tendo como aliado às questões sociais e políticas. Tal conceito perpassou pelo questionamento de estilo de vida consumista estimulante da exploração, ou seja, a busca pela economia dos recursos para a manutenção das atividades hegemônicas, um conflito entre razões que consideram o ambiente como material, ou como um conjunto indissociável de fatores sociais e naturais.

Para além dos desdobramentos teóricos da ecologia política, que aqui será entendida pelo viés crítico e marxista,

Isso não significa dizer que com um hipotético fim do capitalismo os problemas ambientais estarão imediatamente resolvidos. Problemas são questões que nos colocamos diante de certas condições, relações, apropriações e usos, e se vinculam à capacidade linguística de significar, representar, fazer juízo de valor (senso ético). Assim, desde que formamos as primeiras comunidades, fazemos questionamentos sobre o sentido de nossa existência, sobre o que somos e o que fazemos, se isso é bom ou ruim etc., e isso permanecerá em qualquer sociedade. O que se pode afirmar é que os problemas ambientais [...], configuram-se no capitalismo em determinadas formas que não equivalem ao que foi anteriormente e nem ao que virá. E essas formas precisam ser enfrentadas concretamente, e não como fatores descolados das relações complexas e materiais que as constituem (Loureiro; *et al.*, 2013, p. 47).

A construção dos movimentos sociais está no contexto de defesa da justiça ambiental, contradição da significação dos recursos e a diferente ação dos agentes sobre as localidades, bem como a proteção de seus territórios.

Além das peculiaridades do contexto nacional, contudo, faz-se necessário compreender essa dinâmica conflituosa do ponto de vista da inserção do país na economia mundial e nos ideais de governança global em vigor. Assim, entendemos que o desafio da governança ambiental para uma sociedade sustentável, além das peculiaridades locais, remete a um movimento mais global da história com repercussões muito particulares nos contextos locais, quais sejam, a perpetuação da injustiça ambiental, o desrespeito à diversidade cultural e uma crise da democracia, para além da expropriação dos

recursos naturais em si (Zhourí, 2008, p. 98).

No contexto dos conflitos ambientais, é necessário compreender os atores envolvidos. A diversidade de existências atingidas pelo grande capital é a manifestação das relações assimétricas de poder, a distribuição injusta dos impactos e a criminalização dos movimentos fazem parte da rede estratégica de governança e lucro extraordinário sobre os recursos explorados.

No caso das hidrelétricas, que representam mais de 80% da energia elétrica produzida no país, papel central é conferido à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Interessante notar que o planejamento das hidrelétricas se dá em referência a um levantamento do potencial de produção energética dos recursos hídricos realizado desde a década de 1950. Nenhuma referência ou atualização foi feita em relação ao conhecimento e à legislação ambiental produzidos pelo país nos últimos trinta anos (Zhourí, 2008, p.101).

Os chamados EIA/RIMA são limitantes nos estudos de viabilidade, presos a questões naturais e realizados por empresas contratadas pelas construtoras das grandes estruturas. Os estudos de licenciamento são apenas apresentados nas fases finais de audiência pública ou durante a execução do projeto, quando a desinformação ou confusão das informações acerca das etapas afastam geograficamente as comunidades das deliberações e questões técnicas.

As políticas de mitigação dos impactos causados são insuficientes frente aos danos causados pelas barragens. Apenas após o deslocamento compulsório, equipamentos urbanos ou rurais considerados como direitos básicos constitucionais são construídos como compensação, além das indenizações serem consideradas injustas.

A discussão sobre as políticas base dos grandes projetos também envolve a formação da sociedade no debate sobre as questões de gênero. O feminismo popular, que considera raça e classe como estruturantes da discriminação, propõe, a partir dos conflitos socioambientais estimular a emancipação feminina. Pertencente à perspectiva chamada ecofeminismo, levantada nos movimentos sociais, Flores e Trevisan (2015) elucidam que:

O ecofeminismo identifica no sistema patriarcal a origem da catástrofe ecológica atual, tendo sido a natureza e as mulheres, ambas associadas à reprodução da vida, o alvo das agressões desse sistema. Nessa perspectiva, o patriarcado se exprime com a mesma lógica do poder machista, opressor e totalitário da agroindústria, atacando os fundamentos da vida, na sua expressão simbólica mais profunda: a fecundidade do ser vivo. Daí a luta de feministas pela libertação da mulher oprimida, na relação de gênero, estar associada ao movimento ecofeminista de libertação da mulher e da natureza, ambas exploradas (Flores, Trevisan, 2015, p. 12).

Para além da definição teórica do ecofeminismo, as mulheres atingidas reforçam a urgência de compreensão da maior exclusão e exploração do desenvolvimento e a gravidade dos impactos a que são submetidas, como perda das atividades, deslocamento de suas famílias, problemas de acesso a

Desigualdade Sob as Águas: O Impacto da Injustiça Climática nas Mulheres da Ilha de Paruru do Meio, Pará

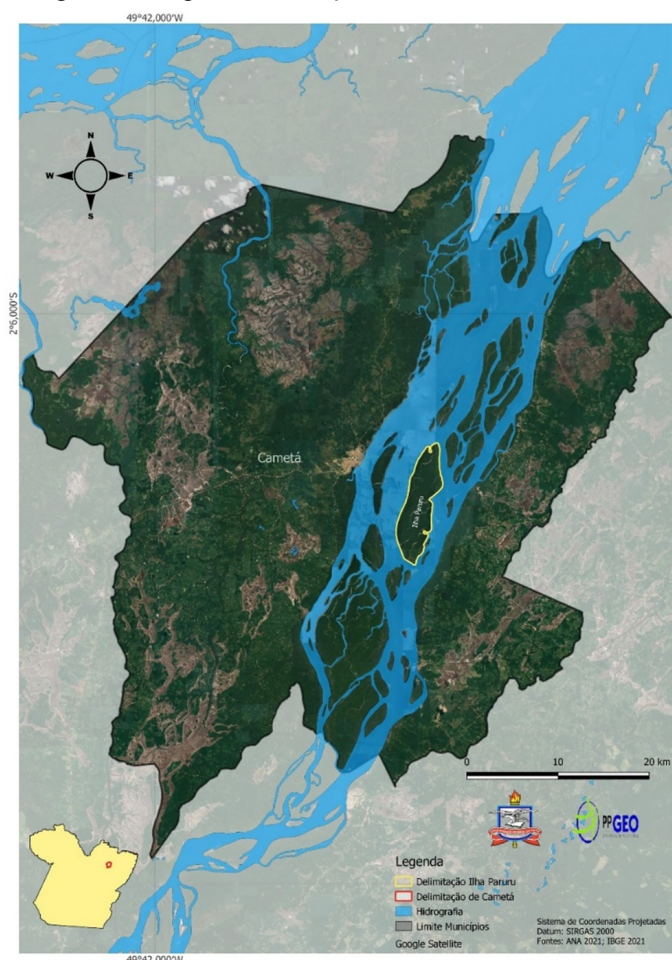
equipamentos básicos de atendimento público e danos à saúde, além das pautas de proteção do meio ambiente.

A Justiça ambiental busca articular a luta das comunidades em direção à construção de políticas alternativas que incluam seus moradores nos processos de decisão, para que seus territórios sejam respeitados e a participação nas tecnologias para a produção de energia priorizem a distribuição dos aspectos positivos.

Mulheres de Paruru do Meio: Entre o Verde e a Sobrecarga

A ilha de Paruru, dividida em Paruru de Cima, do Meio e de Baixo, é localizada no arquipélago das ilhas do Baixo Tocantins, dentre as mais de 100 ilhas pertencentes aos municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. A cidade de Cametá é localizada a 220 km de distância de Belém, sendo acessada por via hidroviária, com cinco horas de trajeto, e com quatro horas e 15 minutos de trajeto pelas rodovias PA-483, PA-151 e PA-469, além da travessia de balsa de aproximadamente uma hora saindo de Carapajó para a sede municipal. Para a Ilha de Paruru, o acesso é via barco saindo de Carapajó, com 45 minutos em maré cheia e mais de uma hora em maré seca. A seguir, a Figura 1 apresenta o mapa de localização da Ilha.

Figura 1 – Mapa de localização da ilha de Paruru do Meio



Fonte: Autoria própria (2025).

Marília Geovana de Oliveira Lisboa, Alan Nunes Araújo



Desigualdade Sob as Águas: O Impacto da Injustiça Climática nas Mulheres da Ilha de Paruru do Meio, Pará

O acompanhamento dos trabalhos de base do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é realizado desde 2021 no contexto da construção do projeto, por meio da participação em reuniões e encontros estratégicos. Desde o início dos registros, é ressaltada a presença de mulheres e a importância das demandas específicas para o fortalecimento do movimento.

Nessas reuniões, a presença das mulheres da região do Baixo Tocantins é notável, bem como o incentivo à participação política, urgência de enfrentamento aos impactos do modelo energético e relação com outras entidades para a construção de uma rede.

Através do diálogo e acolhimento por parte dos militantes do MAB, a pesquisa, suas etapas e objetivos foram apresentados. Os critérios de seleção das comunidades levam em conta fatores de acessibilidade e participação na rede de discussão acerca da acumulação de impactos, bem como a presença de mulheres ribeirinhas articuladas.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos: em março de 2023, no I Banzeiro das mulheres atingidas do Baixo Tocantins, na ilha menino Jesus de Praticaria, e em julho do mesmo ano, em um trabalho de campo de 6 dias de duração na ilha de Paruru do Meio. Na ocasião, foram observadas as rotinas domésticas e de organização política das mulheres das ilhas e suas famílias. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionário socioeconômico, sendo 13 entrevistadas mulheres. As etapas foram consentidas por termo de consentimento livre e esclarecido, lido, explicado e assinado pelas participantes, componentes de um grupo de 20 aliadas ao MAB. A Figura 2 identifica um dos momentos dessas entrevistas.

Figura 2 – Entrevistas nos domicílios de moradoras de Paruru do Meio



Fonte: Autoria própria (2025).

A segregação ocupacional de gênero e idade é diretamente ligada à distribuição populacional. Então, o que é considerado sobretrabalho, tempo de repouso reduzido e dedicação aos trabalhos produtivos e reprodutivos são fatores de análise para o estudo do trabalho feminino e sua relação com o

Marília Geovana de Oliveira Lisboa, Alan Nunes Araújo

trabalho e a família.

A questão central deste artigo não foi previamente pensada, e sim sinalizada no processo de análise das entrevistas. A partir de sentidos que se repetiram durante os relatos, foi possibilitada uma perspectiva de distribuição desigual dos impactos em escalas de gênero, sobretudo via sobrecarga de trabalho sobre as mulheres em diversos âmbitos, principalmente o doméstico.

Tal ponto é encontrado na teoria feminista desenvolvida na geografia, onde:

Assim, no cenário contemporâneo, o que parece fragilizar a condição de mulher, de forma mais marcante a mulher de camadas populares (responsável tanto pela produção de mercadorias – trabalho remunerado – quanto pela criação dos filhos) é o conflito de como garantir o sustento e a sobrevivência da família e, ao mesmo tempo, os cuidados com filhos e marido (Pinto, 2013, p. 28).

Portanto, ainda que a sociedade tenha atravessado as modificações nas organizações de trabalho, o espaço privado da casa continua sendo ocupado e gerido majoritariamente por mulheres, o que mostra o caráter restritivo da divisão sexual do trabalho e apenas adiciona outras atividades externas à designação dos trabalhos domésticos.

A sobrecarga se manifesta na tentativa de equilíbrio entre estes dois espaços de trabalho. O trabalho doméstico é socialmente invisibilizado e não agregador de valor social, sendo tido como uma ajuda e não como agregador de jornadas, o que contribui para a invisibilidade e o apagamento da contribuição existencial e econômica feita por mulheres (Bruschini, 2000; Alves, 1981).

A partir disto, a sobrecarga em detrimento da diminuição do tempo de repouso, o tempo dedicado aos trabalhos produtivos e reprodutivos, a divisão do trabalho por gênero e idade, além da própria compreensão do conceito de trabalho, auxiliam no entendimento de como o trabalho doméstico perpassa as relações de trabalho e família.

A seguir, há um trecho de um entrevista que elucida tal aspecto:

Sim. De água. No caso, pra tratamento da casa, né? Pra não deixar poeira e tudo isso. É pesado o serviço de casa. Eu digo no meu caso, né? Aí eu trabalho com outra coisa. Se eu chego em casa cansada, eu vou trabalhar na casa.

[Entrevistadora: Ah, então, você não recebe, por exemplo, ajuda assim?]

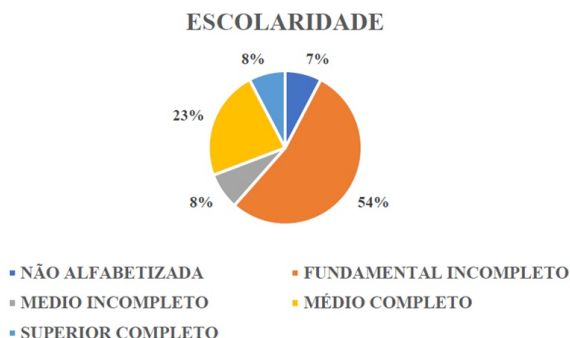
Não. Nada. A não ser esse auxílio, né? Que eu estou falando. Ou bolsa, no caso. Só isso e mais nada (Lucia, 33 anos, em entrevista, 2023).

Por meio dos dados obtidos via questionário socioeconômico, na comunidade de Paruru do meio, 61% das participantes da pesquisa têm origem na ilha ou ilhas próximas, a composição familiar em sua maioria é de 4 a 7 pessoas, chefiadas pelas mulheres, onde a responsabilidade para além da coleta de açaí e pesca é a da manutenção da casa e da criação dos filhos. Além disso, essas mulheres não possuem ocupação fora da comunidade, o que contribui para garantir a presença de outros moradores de suas casas em outros espaços,

em especial os espaços públicos.

A partir dos dados acima e da organização do trabalho, as mulheres tiveram a escolarização interrompida ou não iniciada por fatores de localização da moradia e difícil acesso a escolas, representados pelos gráficos de escolaridade abaixo, vide Figura 3.

Figura 3 – Gráfico de escolaridade



Fonte: Autoria própria (2025).

Em pesquisas recentes, os postos de trabalho pesqueiros na região, entre associados e não associados, são predominantemente ocupados por homens. Contudo, o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres possui jornada excessiva aliada também à pesca de subsistência, no contexto longo e gradativo dos impactos (Melo, 2023).

A partir das percepções das mulheres sobre os impactos da UHE Tucuruí sobre as estruturas e atividades mantenedoras da comunidade de Paruru do Meio, o processo de adaptação causou uma sobrecarga de trabalho sobre as mulheres. O primeiro contexto presente nos relatos é a mudança no acesso a instrumentos de sobrevivência, tomando por marco temporal a construção da barragem.

Apoio Social como Pilar Diante da Sobrecarga em Paruru do Meio

Alguém, quando não tem as coisas que eles pegam pra fazer, eles adoam a pessoa que não tem. Como pra mim, que eles fizeram aquelas plantações aqui, como eu não tinha com quem, eu nunca comprei, graças a Deus. Eles adoavam pra mim. E pra muitos, os parentes, adoando pros parentes, né? Eles adoavam pros parentes que não tinham. Agora, pro outro, não dá pra vender, né? Porque também, só sair da costa da pessoa não conta, né? (Mariana, 58 anos, em entrevista, 2023).

No processo de análise das entrevistas, além da questão do trabalho, foram revelados padrões de discursos sobre o compartilhamento de estratégias de enfrentamento das problemáticas ambientais e de sobrevivência por meio do apoio mútuo. O conceito utilizado para a compreensão deste tópico é o de rede social, visto como importante dimensão do desenvolvimento, uma vez que constitui a ponte de interrelação entre a pessoa e o sistema social no qual está inserida.

As relações de gênero no contexto das comunidades rurais são de natureza

complexa e com estruturas mais fortalecidas, nas quais a invisibilidade traz uma falsa sensação de inexistência destas problemáticas. O trabalho doméstico e reprodutivo tampouco é considerado trabalho aos moldes capitalistas, reforçando a subjugação e a sobrecarga sobre o corpo feminino, atribuído à produção e reprodução da força de trabalho.

Os impactos dissertados e suas projeções nos espaços domésticos ficam a cargo das mulheres. Em uma conjuntura geral, as atividades domésticas ou de cuidado com as crianças da comunidade são divididas com outras mulheres da sua rede de parentesco ou vizinhança. A seguir, o trecho de uma das entrevistas revela isso.

Tipo assim, o serviço de casa é muito pesado. Entendeu? Porque, assim, não bem que tu tá terminando um, já tem outro ali. Tipo assim, nunca acaba. Aí é pesado, sabe? A mulher, ela se sobrecarrega muito. O negócio do serviço de casa que nunca acaba. Por isso que eu digo que é muito pesado pra mulher. E tem gente que não. Ah, serviço de casa é leve. Se fosse, eu acabava dentro de um minuto. Não, não é bem assim. A pessoa vai de casa, lava uma roupa, vai, enche a água. Tem gente que nem tem pra encher a água. Mas tem gente que tem, né? Que já facilita mais um pouquinho. Mas é muito, é muito pesado. Eu, pra mim, no meu caso, é muito pesado o negócio do serviço de casa (Lucia, 33 anos, em entrevista, 2023).

As dimensões da sobrecarga sobre os corpos das mulheres da comunidade perpassam o trabalho doméstico permeado pelo problema de acesso a água, deslocamento e insegurança alimentar. Os discursos revelam como são desproporcionalmente afetadas e caminham no sentido de responsabilização sobre a mitigação das consequências internas, onde:

Muito (pesado) mesmo, porque a gente tem que ir buscar e não é perto a água que tem. Se a gente não tem o combustível para a gente ir buscar, a gente não tem como. Não é todos que querem fazer favor uma para outra. Antigamente, nós morávamos só numa casa porque a casa dela tinha a minha, mas é uma pedindo favor para o outro. Porque não é todo dia que a gente tem. Principalmente quando chega o período desses nossos filhos para a aula. Tem que ter na hora certa. Não pode faltar. E aí a gente fica. Quando não pede para um, pede para outro. As meninas vão. Quando não vão, a gente vai. É uma dificuldade muito grande, mas a gente com a fé em Deus vai levando a vida (Helena, 41 anos, em entrevista, 2023).

Uma questão recorrente mencionada por todas as participantes é ligada aos aspectos sociais do rio, base alimentar, trabalhista e de interação, único meio de saída e chegada à comunidade e caminho disponível para casa de vizinhas, locais de reunião, igreja e outros espaços frequentados por elas, aliados à falta de informação sobre os componentes que contaminam o rio Tocantins, que influenciam no cheiro e cor da água, vide relato a seguir:

Porque, primeiro, as nossas crianças viviam pulando, que eu lembro aqui das minhas irmãs, viviam pulando pela água. A gente tomava a água mesmo do rio. Agora, não. Para quem não tem esse tratamento, ele tem que ir lá para a cidade, ou para o Carapajó, ou pegar em alguma parte. Aí, isso tira o tempo da gente, né? Lá da casa. Isso sobrecarrega. Aí, o trabalho fica maior para nós. É, com certeza (Helena, 41 anos, em entrevista 2023).

A restrição ao acesso hídrico próprio para consumo é um agravante devido à responsabilização sobre a busca por água. As mulheres são, em sua maioria, responsáveis por abastecer as casas, enfrentando dificuldades e exposição a riscos no caminho, devido à maresia, risco de afogamentos, acidentes com embarcações e falta de combustível, vide trecho próximo:

Essa dificuldade realmente é muito grande para nós, da busca da água para ir buscar. Se a gente não tem o combustível, a gente não vai. Quando arrebenta o barco, não dá para atravessar porque a maresia enfrenta. É uma dificuldade grande (Amanda, 36 anos, em entrevista, 2023).

A distância em quilômetros em linha reta de Paruru do meio para Carapajó é de 7,7 km. Sendo feita apenas via rio, o tempo de percurso por barco de Paruru do Meio para Carapajó é de aproximadamente 45 minutos. Já a distância de Paruru do meio também em linha reta para a sede municipal de Cametá é de 8,2 km, também feita por barco com tempo de percurso de aproximadamente duas horas.

Para as famílias que não realizam esse percurso, a alternativa utilizada é a de tratamento da água em casa, utilizando hipoclorito de sódio, que não é distribuído gratuitamente, sendo apenas comprado, o que justifica o fato de algumas famílias não acessarem este mecanismo, restando à fervura da água a cada período de uso, para que seus filhos não sejam acometidos por problemas gastrointestinais.

[Entrevistadora: Já aconteceu isso com seus filhos?]

Já aconteceu. Eu vim aqui, eu falava para ela que acontecia isso, né, que eu puxava a água e fazia o mingau. Aí eu vim aqui e falava para a vizinha que dava a diarreia e vômito na minha filha. Ela falou, é a água. Aí eu comecei a fazer isso de encher a água, deixar sentar (a sujeira) e ferver. Aí dava vômito e diarreia na minha filha, por causa da água. Aí depois que eu comecei a encher a água, deixar sentar, para fazer o alimento dela, aí mudou. Aí não deu mais. Depois que nós começamos a tratar a água (Fernanda, 20 anos, em entrevista, 2023).

Quando a distribuição dos impactos e a adaptação a estes é analisada a partir dos países do sul global e da Amazônia, são latentes as desigualdades e as responsabilidades que configuram a sobrecarga de trabalho para as mulheres nas famílias. Estas atravessam diversos fatores, como financeiros, alimentares, hídricos e de manutenção do ambiente doméstico.

É importante levar em consideração não apenas os impactos e situações de vulnerabilidade em que as comunidades são colocadas, mas também as sobrecargas latentes que ocorrem no processo de resiliência e as transversalidades corporais físicas e psicossomáticas vividas pelas sujeitas. Com isto, é necessário destacar o termo “nós”, presente em todas as falas proferidas pelas participantes, deixando explícito o movimento de consciência coletiva da desproporcionalidade do trabalho realizado, aliado aos contextos de ajuda mútua, fundamental para a manutenção das redes de interação e sobrevivência das famílias da comunidade.

O protagonismo das percepções das atingidas faz com que as mulheres racializadas construam a consciência da discriminação sexual e seu caráter restritivo no que tange aos espaços ocupados na conjuntura hegemônica, fazendo com que sejam retirados das mulheres sua classe, cor, origem etc., colocando-as na chamada “camada popular”. Isso, por sua vez, representa a descorporificação de suas vivências e das análises.

Conclusão

A pesquisa permitiu considerar que as pessoas mais afetadas pela crise climática são aquelas situadas nas interseccionalidades, especialmente na América Central e do Sul, onde a reconfiguração territorial colonizadora e a implementação de grandes projetos têm impactado profundamente as comunidades. No contexto específico de Paruru do Meio, os desafios enfrentados vão além da acumulação de impactos ao longo de mais de três décadas, provocados pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Questões como acesso à água potável e insegurança alimentar, financeira e habitacional representam um esforço contínuo e crescente por alternativas de sobrevivência para as famílias locais. As mulheres, muitas vezes encarregadas das tarefas domésticas, enfrentam uma sobrecarga significativa, especialmente devido à invisibilidade desse trabalho.

Essa sobrecarga tem impactos físicos e mentais, como a exaustão ao percorrer grandes distâncias em busca de água potável, a escassez de alimentos devido à diminuição da pesca e a constante vigilância durante os períodos de abertura das comportas e alagamentos das casas. É importante ressaltar que esses impactos são percebidos de maneira diferenciada pelas mulheres.

As redes de interação das mulheres na comunidade desempenham um papel fundamental, proporcionando apoio social e geracional no trabalho doméstico, além de servirem como um importante espaço de articulação para ações coletivas em defesa do território e dos corpos afetados. O termo “nós” não é apenas uma referência, mas sim um reflexo concreto da sociabilidade e solidariedade presentes na comunidade.

A organicidade das mulheres na comunidade é essencial para identificar demandas específicas, discutir diferentes contextos e promover ações coletivas em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens e outros projetos sociais locais. Essa articulação é fundamental para enfrentar as desigualdades e promover mudanças significativas em prol da justiça ambiental e da defesa dos direitos das comunidades afetadas.

Referências

- AGUIAR, W.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 26, n. 2, p. 222–245, 2013.
- ALVES, B. **Espelho de Vênus**: identidade social e sexual da mulher. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Editora 34, p. 13 – 58, 2000.
- CAMPOS, V.; *et al.* Expansão Capitalista E Conflitos Agrários na Amazônia Legal. **Revista de Comunicação Científica**, v. 10, n. 1, p. 100-116, 2022.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- FLORES, B.; TREVIZAN, S. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 11-34, 2015.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020.
- LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. 4. ed. Paris: Editions Anthropos, 2006.
- LOUREIRO, C.; *et al.* Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 53-71, 2013.
- MELO, A. **Pescadores artesanais da cidade de Cametá-PA**: Caracterização da pesca, saúde e segurança no trabalho. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Pesca) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2023.
- PINTO, N. **As redes de apoio social e as relações de trabalho de mulheres em comunidades rurais do Maranhão e ribeirinhas da região amazônica**. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- ROCHA, G. A construção da usina hidrelétrica Belo Monte e a dinâmica populacional e urbana de Altamira (PA) In: ARAGÓN, E (org.) **Migração interna na Pan Amazônia – Belém**. Belém: Editora do NAEA, 2013.

Desigualdade Sob as Águas: O Impacto da Injustiça Climática nas Mulheres da Ilha de Paruru do Meio, Pará

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 23, p. 97-107, 2008.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Marília Geovana de Oliveira Lisboa: Curadoria de Dados, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação).

Alan Nunes Araújo: Validação, Visualização, Conceituação, Análise Formal, Escrita (revisão e edição).

Recebido em 26 de fevereiro de 2024.

Aceito em 09 de abril de 2025.

Marília Geovana de Oliveira Lisboa, Alan Nunes Araújo

